

Regras para mensalidades devem sair nesta semana

Equipe econômica é favorável à conversão em URV pela média dos quatro meses findos em fevereiro; de acordo com o assessor do Ministério da Fazenda, Milton Dallari, "não pode ter a lei de Gerson"

SANDRA SATO
e RAUL PILATI

BRASÍLIA — A equipe econômica quer definir esta semana com técnicos do Ministério da Educação a regra para conversão das mensalidades em Unidade Real de Valor (URV). A adoção de uma regra específica está dependendo apenas de parecer jurídico da Procuradoria-geral da Fazenda Nacional. "Há questões jurídicas que precisam ser esclarecidas", afirmou o assessor especial do Ministério da Fazenda, Milton Dallari. Ele adiantou que a equipe econômica é favorável a converter as mensalidades pela média dos últimos quatro meses findos em fevereiro. "Não pode ter lei de Gerson

A NORMA
SERÁ ÚNICA
PARA TODOS,
GARANTE
ASSESSOR DA
EQUIPE
ECONÔMICA

nesta conversão", afirmou Dallari. Segundo ele, a Medida Provisória 457 é "explícita" quanto à transformação dos contratos em cruzeiros reais para URV.

Dallari explicou que sua equipe deve se basear no parecer da Procuradoria-geral da Fazenda Nacional para fundamentar a decisão sobre a conversão das mensalidades em URV. O parecer foi pedido pelo próprio Dallari para saber se a medida provisória que criou o novo indexador da economia revogou a lei 8.170 que previa normas de reajuste das mensalidades.

Proposta única — A lei 8.170 não

vinha sendo seguida por todas as escolas. A lei permite que 70% dos reajustes dados aos professores, em épocas de dissídio, sejam repassados para a mensalidade cobrada dos pais de alunos. Algumas escolas corrigiam as mensalidades todos os meses e não acompanhavam a regra. Dallari disse ontem que, se o governo definir uma regra para a conversão, ela servirá de base para todos reajustes. "A regra será única para todos", avisou.

Na ânsia de converter suas mensalidades em URV, escolas de Brasília usaram a média de três meses nos seus cálculos. Sobre o resultado, as escolas ainda queriam mais 7% de reajuste. O Sindicato de Escolas Particulares de São Paulo também pretendiam fazer a conversão pela média dos três meses e somar a este cálculo mais 14% de reajuste. A equipe econômica rejeitou o critério, já que a medida provisória prevê média de quatro meses para conversão dos outros contratos.

A assessoria de Dallari está fazendo uma série de cálculos para definir a conversão das mensalidades. A equipe sabe que muitas mensalidades foram aumentadas em março, porque há uma concentração de dissídios neste mês. Também está sendo considerado que em alguns Estados a negociação dos salários dos professores é em maio.



Docentes reivindicam recuperação das perdas salariais que, segundo eles, chegaram a 45% no último ano

Epitácio Pessoa/AE